

Formulário de Referência (FRE)

Nome da Companhia Securitizadora	Companhia Paulista de Securitização		
CNPJ da Companhia Securitizadora:	11.274.829/0001-07	Ano de Referência:	2024

1. Identificação das pessoas responsáveis pelo formulário	
Diretor responsável pelas atividades de securitização	Max Freddy Frauendorf
Diretor responsável pelo cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos da resolução:	Eduardo Walmsley Soares Carneiro
1.1. Declarações do Diretor Responsável:	
Ver anexo no final do documento. Anexos	

2. Histórico da Companhia Securitizadora				
2.1. Data de início das atividades:	15/10/2009			
2.2. Número, volume e percentual de emissões	Número		Volume	
	Qtd	%	(R\$)	%
a. Realizadas	5	100,00%	R\$ 8.412.372.570,60	100,00%
b. Liquidadas no vencimento	3	60,00%	R\$ 2.140.000.000,00	25,44%
c. Liquidadas antecipadamente (pré-pagamento)	2	40,00%	R\$ 6.272.372.570,60	74,56%
d. Em atraso e em fase de renegociação, reestruturação ou execução das garantias	0	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
e. Inadimplidas e não pagas	0	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
f. Adimplentes a vencer	0	0,00%	R\$ 0,00	0,00%

3. Recursos humanos e tecnológicos					
3.1. Descrever os recursos humanos da companhia securitizadora, fornecendo as seguintes informações:					
Número de acionistas do bloco de controle:	2	Número de empregados:	3	Número de tercerizados:	0

Outras observações importantes:	
3.2. Descrever os recursos tecnológicos utilizados para controle das operações de securitização, incluindo os aspectos relacionados à segurança da informação e procedimentos de contingências:	
Ver anexo no final do documento. <u>Anexos</u>	

4. Auditor independente da Companhia Securitizadora			
Nome empresarial:	Taticca Auditores Independentes S.S EPP		
Data de contratação dos serviços:	12/04/2024		
Descrição dos serviços contratados:	Prestação de serviços de auditoria e emissão de parecer das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2025, elaboração dos relatórios de revisão especial das demonstrações financeiras trimestrais (ITR) para os trimestres findos em 31 de março de 2024, 30 de junho de 2024, 30 de setembro de 2024, 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025, 30 de setembro de 2025, 31 de março de 2026 e 30 de junho de 2026 e afins.		
Dados da pessoa Responsável			
Nome:	Aderbal Alfonso Hoppe	CPF:	541.560.250-04
Telefone:	11947087590	E-mail:	aderbal.hoppe@taticca.com.br
Em caso de substituição do auditor, informar:			
Nome do auditor substituído:	Paulo Sérgio Barbosa		
Justificativa da substituição:	Mudança do Auditor Independente por vencimento contratual .		
Eventuais razões, apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa apresentada pela companhia:			
Montante total de remuneração:	R\$ 113.203,65		

5. Informações financeiras	
5.1. Informações das emissões da companhia securitizadora	
a. Valor total do estoque em aberto na data de referência das operações de securitização submetidas ao regime fiduciário	R\$ 0,00
b. Valor total do estoque em aberto na data de referência das operações de securitização não submetidas ao regime fiduciário, se aplicável.	R\$ 0,00
c. Evolução do estoque total de operações de securitização nos últimos 5 (cinco) anos até a data de referência. (data-base: 31/12)	
Data-base	Valor
31/12/2023	R\$ 0,00

31/12/2022	R\$ 0,00
31/12/2021	R\$ 23.322.000,00
31/12/2020	R\$ 122.240.000,00
31/12/2019	R\$ 371.418.802,00
5.2. Informações financeiras da companhia securitizadora, excluindo-se as suas emissões de securitização	
a. Total dos passivos para pagamento	
i) Até 30 dias	R\$ 807.531,03
ii) Até 90 dias	R\$ 2.203.815,21
iii) Até 180 dias	R\$ 7.641.293,73
iv) Até 360 dias	R\$ 0,00
v) Após 360 dias	R\$ 0,00
b. Liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante)	28,56
c. Liquidez imediata (caixa e equivalentes / passivo circulante)	16,83
d. Liquidez geral [(ativo circulante + não circulante) / (passivo circulante + não circulante)]	28,91
e. Endividamento total (passivo circulante + não circulante / ativo)	0,03
f. Retorno sobre os ativos (lucro líquido / ativo total)	0,04
g. Retorno sobre o patrimônio (lucro líquido / patrimônio líquido)	0,04
h. Impostos a recuperar total (R\$)	R\$ 0,04
i. Estimativa do prazo de recuperação dos impostos:	
i) Em até 1 ano	R\$ 4.156.880,04
ii) Em até 2 anos	R\$ 0,00
iii) Em até 3 anos	R\$ 0,00
iv) Entre 3 a 5 anos	R\$ 0,00
v) Acima de 5 anos	R\$ 0,00
j. Índice (impostos a recuperar total / lucro líquido médio dos últimos 3 anos)	R\$ 0,353196

6.1. Escopo das atividades:

Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)

7.1. Grupo econômico da companhia securitizadora:
Ver anexo no final do documento. Anexos

8. Estrutura operacional e administrativa
--

8.1. Descrever a estrutura administrativa da companhia securitizadora:

Ver anexo no final do documento. Anexos

8.2. Organograma da estrutura administrativa da companhia securitizadora:
--

Ver anexo no final do documento. Anexos

8.3 Sobre os diretores, informe:

Nome:	Jorge Luiz Avila da Silva	CPF ou Nº passaporte:	26412225749	Idade:	72
--------------	---------------------------	------------------------------	-------------	---------------	----

Profissão:	Engenheiro	Data da posse:	14/08/2023	Prazo do mandato:	10/05/2025
-------------------	------------	-----------------------	------------	--------------------------	------------

Cargo Ocupado:	Diretor Presidente e Conselheiro de Administração	Outros Cargos:	
-----------------------	---	-----------------------	--

Condenações:	Não há
---------------------	--------

Experiência Profissional:	Diretor Presidente da CPSEC - Companhia Paulista de Securitização. Presidente do Conselho de Administração da Desenvolve SP e Vice Presidente do Conselho de Administração da SPPREV. Foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia, Diretor Administrativo Financeiro da Pirapora Energia, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da CESP - Companhia Energética de São Paulo, Diretor de Fomento da Desenvolve SP, Diretor de Produtos e Diretor de Finanças e Relações com Investidores do Banco Nossa Caixa. Ainda no Banco Nossa Caixa foi membro do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. Foi também membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente Nossa Caixa Administradora de Cartões de Crédito, suplente no Conselho de Administração da Nossa Caixa Mapfre Vida e Previdência, Vice-Presidente de Finanças e Mercado de Capitais e Diretor de Administração de Ativos de Terceiros da Caixa Econômica Federal. É funcionário de carreira aposentado do Banco Central do Brasil onde ocupou as funções Chefe Adjunto e Consultor do Departamento de Operações de Mercado Aberto, Chefe do SELIC e Assessor da Presidência. Foi membro do Conselho Fiscal de Petrobras, Vice-Presidente da ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança e Diretor Executivo da FEBRABAN. O Sr. Jorge Luiz Avila da Silva declarou, para todos os fins de direito, que não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
----------------------------------	--

Nome:	Max Freddy Frauendorf	CPF ou Nº passaporte:	12772782883	Idade:	55
--------------	-----------------------	------------------------------	-------------	---------------	----

Profissão:	Administrador de Empresas	Data da posse:	14/08/2023	Prazo do mandato:	10/05/2025
-------------------	---------------------------	-----------------------	------------	--------------------------	------------

Cargo Ocupado:	Diretor Administrativo-Financeiro	Outros Cargos:	Diretor de Relação com Investidores
-----------------------	-----------------------------------	-----------------------	-------------------------------------

Condenações:	Não há
---------------------	--------

Experiência Profissional:	Administrador, é formado em Administração de Empresas com especialização em Bancos e Finanças, com pós graduação em Economia do Setor Financeiro - MBA - FEA/USP. Exerceu no Banco Nossa Caixa S.A. ,Instituição Financeira de capital aberto listada no segmento Novo Mercado, sucedido pelo Banco do Brasil S.A., cargos nos Departamentos de Gestão Estratégica de Riscos, de Política e Gestão de Crédito, e Administração de Recursos de Terceiros. Ministrou na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA - curso regular de Formação Avançada em Finanças. Foi autorizado e
----------------------------------	---

credenciado como administrador/gestor profissional de recursos e valores mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Possui certificação profissional com ênfase em administração conferida pelo Instituto de Certificação de Profissionais de Segurança Social- ICSS e como conselheiro fiscal pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa- IBGC. Exerceu o cargo de Diretor de Gestão Corporativa na Companhia Paulista de Securitização o qual é atualmente Diretor Administrativo-Financeiro e de Relação com Investidores da Companhia Paulista de Securitização. Foi membro do Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - Prevcom. O Sr. Max Freddy Frauendorf declarou, para todos os fins de direito, que não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome:	Eduardo Walmsley S. Carneiro	CPF ou Nº passaporte:	06402121401	Idade:	37
Profissão:	Advogado	Data da posse:	14/08/2023	Prazo do mandato:	10/05/2025
Cargo Ocupado:	Diretor de Gestão Corporativa		Outros Cargos:		
Condenações:	Não há				
Experiência Profissional:	Advogado, formado em Direito na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, com mestrado em Direito do Estado na Universidade de São Paulo – USP – Faculdade de Direito. Procurador do Estado de São Paulo, com exercício no período de 2010 a 2019, na Área da Consultoria Geral (Consultoria Jurídica da SPPREV e Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e Planejamento), e de 2019 a 2022 na Área do Contencioso Tributário-Fiscal, com designação no Grupo de Atuação Especial para Recuperação Fiscal – GAERFIS. Assessor do Secretário da Fazenda e Planejamento a partir de maio de 2022. Professor convidado da Escola Fazendária do Estado de São Paulo – FAZESP e da Escola de Governo do Estado de São Paulo - EGESP. Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo – TIT: biênios 2018/2019 e 2020/2021.				

8.4. Informações sobre a estrutura mantida para a administração das operações de securitização:

Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)

8.5. Informações sobre normas e regulamentares aplicáveis securitização e para a fiscalização dos serviços prestados pelos terceiros contratados:

Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)

8.6. Informações sobre a estrutura mantida para a seleção, monitoramento e cobrança de recebíveis, formalização de garantias e formalização de operações de securitização:

Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)

8.7. Informações sobre a área responsável pela distribuição de títulos de securitização de sua emissão:

Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)

9. Regras, procedimentos e controles internos:

Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)

10. Receitas

10.1 Indicar, exclusivamente em termos percentuais sobre a receita total auferida nos 36 (trinta e seis) meses anteriores à data base deste formulário, a receita proveniente em decorrência de:

			Última	Penúltima	Antepenúltima
Data-base			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
a. Receitas fixas com a administração dos patrimônios separados e demais emissões			0,00%	0,00%	0,00%
b. Receitas de spread ou provenientes de “sobras” dos patrimônios separados e demais emissões			0,00%	0,00%	0,00%
c. Receitas por serviços de estruturação			0,00%	0,00%	0,00%
d. Receitas de emissão/distribuição			0,00%	0,00%	0,00%
e. Receitas provenientes das aplicações financeiras próprias			0,00%	0,00%	0,00%
f. Outras receitas	Descrição	Receita própria - carteira de direitos creditórios, sem a instituição de regime fiduciário	1,00%	0,76%	0,94%

11. Contingências:

Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)

12. Comentário dos diretores:

Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)

13. Assembléias:

Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)

Anexos

[9. Regras, procedimentos e controles internos](#)

[13. Regras, políticas e práticas em assembleias](#)

[11. Contingências](#)

[8.1|2. Estrutura operacional e administrativa](#)

[6. Escopo das atividades](#)

[7. Grupo econômico](#)

[3.2. Recursos tecnológicos](#)

[8.4|5|6|7. Outras inform. Estrutura operacional e administrativa](#)

[12. Comentários dos diretores](#)

[1.1. Declarações dos Diretos Responsáveis](#)

1.1 Declaração dos Diretores Responsáveis

Declaramos para os devidos fins que:

- a) revimos o formulário de referência e que as informações nele contidas atendem ao disposto na Resolução.
- b) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo:
 - i) da estrutura, dos negócios, das políticas e das práticas adotadas pela companhia securitizadora.
 - ii) da situação econômico-financeira da companhia securitizadora e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



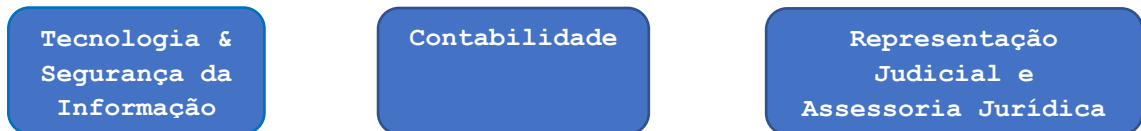
MAX FREDDY FRAUENDORF
Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relação com Investidores



EDUARDO WALMSLEY SOARES CARNEIRO
Diretor de Gestão Corporativa

3.2 Descrever os recursos tecnológicos utilizados para controle das operações de securitização, incluindo os aspectos relacionados à segurança da informação e procedimentos de contingências;

I. Processos Corporativos



a) **Tecnologia e Segurança da Informação**

Gestão, armazenamento e recuperação de arquivos eletrônicos gerados para gestão da CPSEC

- Partes: SEFAZ-SP e CPSEC
- Sistemas: Utilização da estrutura de tecnologia da SEFAZ-SP, com acessos totalmente segregados, por meio de chave de acesso, senha individual e certificado digital
- Possibilidade de acesso remoto a rede de arquivos via Sistema *Check Point*
- *Back-up*: Cópias, armazenamento e recuperação *intraday*

Geração de informações sobre fluxos financeiros dos direitos creditórios de parcelamentos cedidos à CPSEC

- Regulado por Instrumentos particulares de contrato de promessa de cessão de direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado de ICMS/SP – PPI e do Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP – PEP
- Partes: Estado de São Paulo e CPSEC
- Sistemas: Sistema da Dívida Ativa
- Gestor: Procuradoria Geral do Estado - PGE
- Empresa responsável pelo processamento dos dados: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP
- Tratamento e verificação da consistência das informações: PRODESP, CPSEC e RHPAY Contadores Associados S.S. - RHPAY
- Auditoria regular: auditoria independente, auditoria interna, Controladoria Geral do Estado CGE e Tribunal de Contas do Estado TCESP

Gestão e tratamento das informações sobre fluxos financeiros dos direitos creditórios de parcelamentos gerados pela PRODESP

- Sistemas: Licenças IBM SPSS e Aplicativos Office
- Tratamento e verificação regular da consistência das informações: CPSEC, RHPAY

- Auditoria regular: auditoria independente, auditoria interna, Controladoria Geral do Estado CGE e Tribunal de Contas do Estado TCESP
 - *Back-up*: Cópias, armazenamento e recuperação *intraday*
- Geração de informações sobre os valores e os fluxos financeiros das debêntures emitidas pela CPSEC
- Sistemas: Planilhas Excel
 - Verificação regular da consistência das informações: CPSEC, Agente Fiduciário, Banco Mandatário
 - Auditoria regular: auditoria independente e auditoria interna
 - *Back-up*: Cópias, armazenamento e recuperação *intraday*

b) Contabilidade e registros para-legais

Contrato de prestação de serviços de contabilidade, registros para-legais, gestão financeira e afins

- Partes: CPSEC e RHPAY
- Vencimento: outubro de 2024
- Sistemas: RHNYDUS – Folha de pagamento e E-Social
- DOMÍNIO WEB – Escrituração contábil, elaboração das Demonstrações Financeiras e obrigações acessórias)
- Gestor de Sistemas: RHPAY
- Verificação da consistência das informações é realizada pela CPSEC, RHPAY
- Auditoria regular: auditoria independente, auditoria interna, Controladoria Geral do Estado CGE e Tribunal de Contas do Estado TCESP e Comissão de Valores Mobiliários CVM
- *Back-up*: Cópias, armazenamento e recuperação diária
- Contingência: Informações hospedadas em nuvem (*Cloud Computing*), acessadas inclusive por *home office*.

c) Representação Judicial e Assessoria Jurídica

Convênio celebrado em janeiro de 2022 para atribuir o exercício da representação judicial, assessoria jurídica e consultoria jurídica da CPSEC à PGE

- Partes: PGE e CPSEC
- Vencimento: janeiro de 2027

II. Teste de Contingência

a) **Propósito**

Este “Teste de Contingência” tem o propósito de aferir e atestar o acesso pelos colaboradores de forma remota à rede de arquivos e sistemas da Companhia Paulista de Securitização (“CPSEC”), bem como, da realização das atividades essenciais em caso de acionamento de contingência por fato imprevisível ou fortuito, conforme previsto no Plano de Continuidade de Negócios.

b) **Metodologia**

Devem ser selecionados processos e procedimentos essenciais para execução das atividades que garantam a continuidade dos negócios e o cumprimento das obrigações legais da Companhia até o restabelecimento de acesso presencial pelos colaboradores aos equipamentos e documentos na sede da CPSEC. Para cada processo ou procedimento deve-se atestar o pleno acesso e a execução completa da atividade.

c) **Infraestrutura**

A infraestrutura da Companhia dispõe como equipamento de contingência 3 (três) notebooks para utilização dos seus colaboradores, com configuração compatível com suas necessidades, conforme descrição abaixo, incluindo a instalação de licenças de utilização dos softwares para realização de suas rotinas:

- ✓ Intel® Core™ i5-10210U (1.6 GHz até 4.2 GHz, cache de 6MB, quad-core, 10ª geração)
- ✓ Windows 10 Pro Single Language, de 64 bits - em Português (Brasil)
- ✓ Placa de vídeo integrada Intel® UHD Graphics com memória gráfica compartilhada
- ✓ Tela Full HD WVA de 15.6" (1920 x 1080), retro iluminada por LED, borda fina e com antirreflexo3
- ✓ Memória de 8GB (1x8GB), DDR4, 2666MHz; Expansível até 16 GB (1 slots oDIMM, sem slot livre)
- ✓ SSD de 256GB PCIe NVMe M.2
- ✓ Prata
- ✓ Teclado numérico e retro iluminado – em Português (padrão ABNT2)
- ✓ Placa de rede Intel 9462 802.11ac (WiFi 1x1) + Bluetooth 5.0
- ✓ Bateria de 3 células e 42 Wh (integrada)

A CPSEC tem acesso e a recuperação total dos seus dados e arquivos eletrônicos por meio das estruturas de hardware e software disponibilizadas pela Secretária da Fazenda e

Planejamento (“SFP”) e pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (“PRODESP”).

Os acessos de forma remota à rede da CPSEC são por meio dos sistemas *Check Point* e *Remote PC VPN*, homologados e instalados pela Área de Tecnologia da SFP. Estabelecida à comunicação remota, os demais procedimentos de acesso a rede são os mesmos utilizados nos computadores alocados em sua sede, ou seja, por meio de certificado digital, login e senha, com as devidas certificações de segurança.

As infraestruturas da empresa de Contabilidade e registros para-legais, da SFP e da Prodesp constam no Plano de Continuidade de Negócios da CPSEC.

d) Seleção de acessos

A seleção de acessos a dados, sistemas ou qualquer outra informação, devem estar diretamente relacionadas às atividades essenciais e legais, que permitam a sua plena execução de forma remota, contemplando no mínimo:

- ✓ E-mails corporativos
- ✓ Contas correntes em Instituições Financeiras
- ✓ Pastas de arquivos eletrônicos
- ✓ Base dados armazenados e gerados
- ✓ Sistema contábil
- ✓ Lançamentos Contábeis
- ✓ Demonstrações Financeiras
- ✓ Ambiente de produção do site da CPSEC
- ✓ Intranet da SFP
- ✓ Sistemas:
 - Secretárias do Governo do Estado de São Paulo
 - Órgãos de fiscalização e controle
 - Comissão de Valores Mobiliários
 - Programa Sem Papel
 - SEI - Sistema Eletrônico de Informações

6. Escopo de atividades

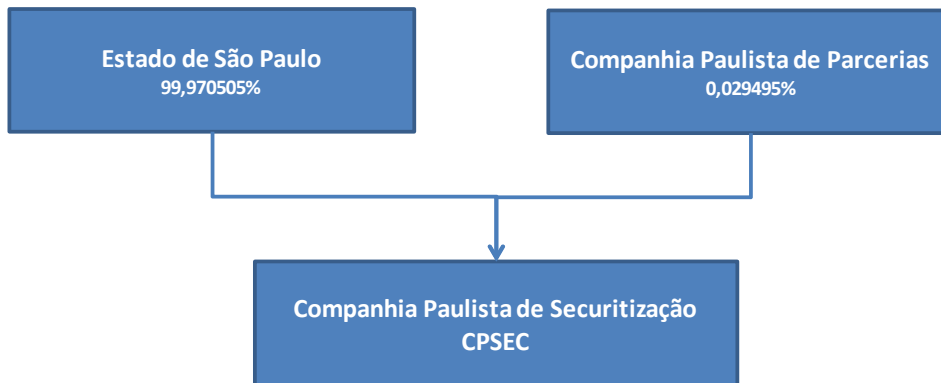
Constitui atividade da Companhia na forma da Lei Nº. 13.723/ 2009 com as alterações da Lei nº 17.293/2020:

- (i) a aquisição, a título oneroso, de direitos creditórios do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa;
- (ii) a aquisição, a título oneroso, de créditos ou direitos creditórios da Administração Direta e Indireta do Estado, originários de relações contratuais ou legais, inclusive quando inscritos em dívida ativa;
- (iii) a estruturação e implementação para as entidades da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo de operações de securitização de interesse da Administração, ficando autorizada a, nestes casos, firmar instrumentos jurídicos específicos, observadas as autorizações necessárias;
- (iv) a estruturação e implementação para os Municípios do Estado de São Paulo de operações lastreadas ou garantidas pelos direitos creditórios dos Municípios, ficando autorizada a, nestes casos, firmar instrumentos de cessão, observada a legislação local; e
- (v) a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

7. Grupo Econômico

Organograma Societário

Companhia Paulista de Securitização - CPSEC 11.274.829/0001-07



Nota: O Estado de São Paulo detêm 99,99999% do controle da Companhia Paulista de Parcerias

A Companhia é controlada pelo Estado de São Paulo, detentor de ações representativas de 99,970505% do capital social, e não possui sociedades controladas e coligadas, e não tem participação em quaisquer outras sociedades.

A Companhia Paulista de Parcerias - CPP é titular de ações representativas de 0,029495% do capital social da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC.

A CPP foi criada em 03 de agosto de 2004, com base na Lei N°. 11.688/2004. Seu objeto social é colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, podendo para tanto disponibilizar bens, equipamentos e utilidades para a Administração Estadual, mediante pagamento de adequada contrapartida financeira e gerir os ativos patrimoniais a ela transferidos pelo Estado de São Paulo ou por entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título, dentre outros.

Principais sociedades sob controle comum

As seguintes companhias possuem o mesmo acionista controlador que a CPSEC:

Balanco Geral do Estado Contas do Exercício de 2023

Empresas Não Dependentes

Empresas	Patrimônio Líquido (1)	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (2)	PL (-) AFAC (3) = (1 - 2)	Percentual de Participação no Capital Social (4)	31/12/2023
					Saldo do Investimento pelo MEP (5) = (3 x 4)
METRÔ	37.967.109.950		37.967.109.950	97,39956000	36.979.798.036
SABESP	29.593.856.000		29.593.856.000	50,30000000	14.885.709.568
CDHU	11.605.325.303	875.070.147	10.730.255.156	99,99999980	10.730.255.135
DESENVOLVE SP	3.403.582.696	1.000.000.000	2.403.582.696	99,99800000	2.403.534.624
CPP	1.802.240.942		1.802.240.942	99,99999900	1.802.240.924
CPSEC	297.286.693		297.286.693	99,97054000	297.199.112
EMAE	1.088.488.784		1.088.488.784	97,84000000	1.064.977.426
EMTU	1.672.367.474	308.268.528	1.980.636.002	100,00000000	1.980.636.002
PRODESP	791.678.374		791.678.374	99,73934923	789.614.858
Total	88.221.936.215	2.183.338.675	86.655.134.596		70.933.965.684

Empresas Dependentes

Empresas	Patrimônio Líquido (1)	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (2)	PL (-) AFAC (3) = (1 - 2)	Percentual de Participação no Capital Social (4)	31/12/2023
					Saldo do Investimento pelo MEP (5) = (3 x 4)
DOQAS	198.309.790	286.717.920	(88.408.170)	99,00000000	(87.524.088)
CPTM	10.070.294.651	1.125.883.651	8.944.351.000	99,99994000	8.944.265.134
CETESB	79.466.000		79.466.000	99,99894300	57.355.745
IFT	289.533.177	1.180.838	288.352.339	99,99967527	288.351.403
DEBSA	(1.131.238.000)		(1.131.238.000)	99,99996948	(1.131.237.994)
Total	9.608.305.678	1.418.782.408	8.092.523.188		8.071.210.200

Fonte: Sefaz

8.1 Descrever a estrutura administrativa da companhia securitizadora;

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

1- PRESIDÊNCIA

- I. Representar a companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo ser constituído procurador com poderes especiais, inclusive para receber citações iniciais e notificações, observado o disposto no artigo 21, do Estatuto;
- II. Representar institucionalmente a companhia nas suas relações com autoridades públicas, entidades privadas e terceiros em geral;
- III. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- IV. Coordenar as atividades da Diretoria;
- V. Expedir atos e resoluções que consubstanciem as deliberações da Diretoria ou que delas decorram;
- VI. Coordenar a gestão ordinária da companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada;
- VII. Coordenar as atividades dos demais Diretores;
- VIII. Promover a estruturação organizacional e funcional da Companhia, observado o disposto no artigo 14, XXXIV, do Estatuto;
- IX. Expedir as instruções normativas que disciplinam as atividades entre as diversas áreas da Companhia.

2- DIRETORIA FINANCEIRO-ADMINISTRATIVA

- I. Auxiliar o Diretor Presidente em suas funções;
- II. Coordenar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia;
- III. Coordenar e supervisionar o desempenho e os resultados financeiros;
- IV. Otimizar e gerir as informações e os resultados econômico-financeiros da Companhia;
- V. Administrar e aplicar os recursos financeiros, a receita operacional e não operacional;
- VI. Controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações;
- VII. Promover estudos e propor alternativas para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia;
- VIII. Preparar as demonstrações financeiras da Companhia;
- IX. Apresentar planejamento orçamentário;

3- DIRETORIA DE GESTÃO CORPORATIVA

- I. Gerenciar as despesas de pessoal da Companhia;
- II. Administrar e supervisionar os processos e atividades de formação e administração de pessoal;
- III. Assegurar o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas da Companhia;
- IV. Planejar e assegurar a disponibilização do quadro de funcionários na quantidade e com a qualificação necessária para atender a qualidade da operação da Companhia;
- V. Organizar a escrituração do livro de inventário dos bens móveis e imóveis, com discriminação de seus respectivos valores;
- VI. Organizar os processos licitatórios, as tomadas de preços de contratações de serviços, publicidade, de materiais e execução de obras, dentre outros, necessários ao bom desempenho das atividades da Companhia;
- VII. Gerenciar os recursos de informática e zelar pela garantia da manutenção e do bom funcionamento dos equipamentos e sistemas de informática;
- VIII. Identificar necessidades e implementar os sistemas computacionais necessários à operação e desenvolvimento da Companhia;
- IX. Coordenar, executar e controlar os assuntos da área jurídica;
- X. Gerenciar todos os processos, administrativos e judiciais, em que a Companhia seja parte e, periodicamente informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos;
- XI. Gerenciar os processos de governança corporativa;
- XII. Elaborar e monitorar a execução do modelo de Governança Corporativa, Governança Societária e de organização e gestão;
- XIII. Controlar a execução e o cumprimento das diretrizes e regras relativas a processos decisórios;
- XIV. Planejar, orientar, avaliar e executar as atividades a Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, vinculada ao Diretor-Presidente.

4- FUNÇÕES DO DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Quando da eleição dos Diretores pelo Conselho de Administração deverá ser designado o que acumulará a função de Diretor de Relação com Investidores

- I. Representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de sua emissão forem admitidos à negociação;
- II. Representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;
- III. Monitorar o cumprimento das obrigações dispostas neste Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

- IV. Tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e
- V. Exercer outras funções ou atribuições que lhe forem determinadas.

5- DIRETORIA COLEGIADA

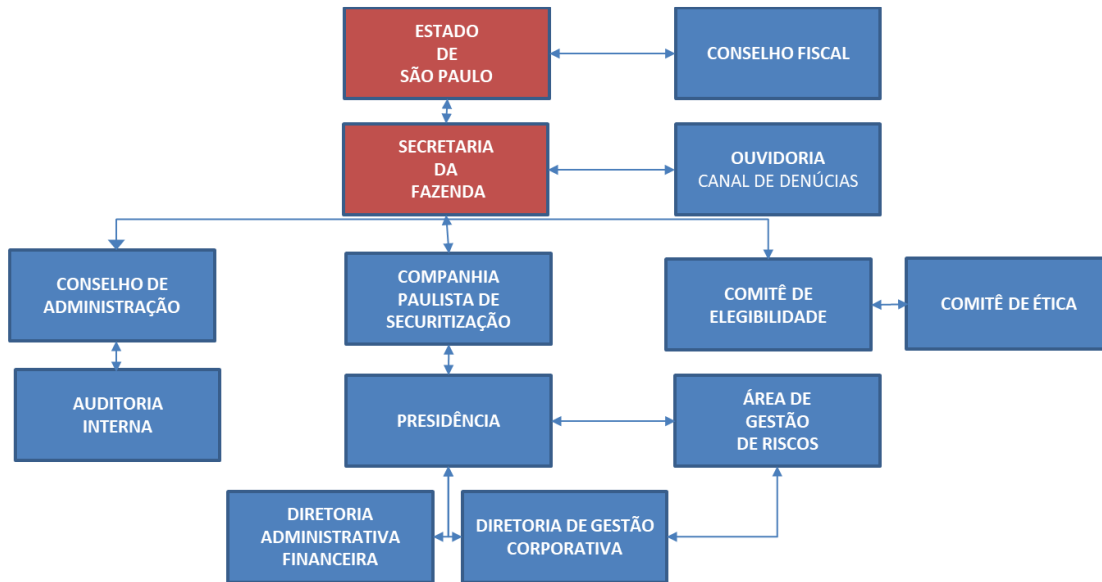
- I. Elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
 - a. as bases e diretrizes para elaboração do planejamento estratégico;
 - b. o plano estratégico, os planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos, ações, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho;
 - c. os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos, bem como suas alterações;
 - d. a avaliação do resultado de desempenho das atividades da companhia;
 - e. os relatórios trimestrais da companhia acompanhados dos balancetes e demais demonstrações financeiras;
 - f. anualmente, a minuta do relatório da administração, acompanhada do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos Auditores Independentes e a proposta de destinação do resultado do exercício;
 - g. o Regimento Interno da Diretoria e os regulamentos da companhia;
 - h. a proposta de aumento do capital social e de reforma deste Estatuto, ouvido o Conselho Fiscal, quando for o caso;
 - i. a proposta da política de pessoal;
 - j. a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio, observado o disposto no art. 93, §2º, da Lei nº 13.303/16.

- II. Aprovar:
 - a. os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;
 - b. o plano de contas;
 - c. o plano anual de seguros da companhia;
 - d. residualmente, dentro dos limites estatutários, tudo o que se relacionar com as atividades da companhia e que não seja de competência privativa do Diretor-Presidente, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

- III. Autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei, por este Estatuto e pelo Conselho de Administração:
 - a. os atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro Diretor;
 - b. a celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral, quando, em

qualquer caso, o valor da transação ultrapassar a 5% (cinco por cento) e for inferior a 10% (dez por cento) do capital social.

8.2 Organograma da estrutura administrativa da companhia securitizadora



8.4. Informações sobre a estrutura mantida para a administração das operações de securitização;

A Companhia dispõe de estrutura compatível com o histórico de operações de securitização realizadas. Conta com um quadro de profissionais com larga experiência no segmento financeiro e de mercado de capitais, bem como, de infraestrutura tecnológica compatível.

Os processos da Companhia são documentados e testados em ambiente de contingência, tendo como resultado a normalidade na continuidade de seus negócios.

Até a presente data a Companhia cumpriu rigorosamente todos os seus compromissos nas fases de estruturação, distribuição e de pagamento de valores mobiliários aos debenturistas, bem como no cumprimento das responsabilidades com agentes fiduciários, banco mandatários, agência de rating, fornecedores de serviços, órgão de fiscalização e controle, dentre outros.

8.5. Informações sobre normas e regulamentares aplicáveis securitização e para a fiscalização dos serviços prestados pelos terceiros contratados;

A Companhia tem suas contratações de serviços prestados pelos terceiros realizadas por processos licitatórios, com preponderância de contratação de serviços técnicos especializados.

Neste sentido, e de acordo com os princípios regulatórios aplicáveis na Lei de Licitações, a Companhia adota nos Editais de Licitações, exigências compatíveis com o escopo a ser contratado no Edital de Licitação, de forma a mitigar potenciais riscos de descontinuidade dos serviços a serem prestados.

8.6. Informações sobre a estrutura mantida para a seleção, monitoramento e cobrança de recebíveis, formalização de garantias e formalização de operações de securitização;

O objeto das garantias das operações de securitização até então realizadas pela Companhia, se referem ao direito pelo recebimento de fluxos financeiros relacionados a programas de parcelamentos incentivados de tributos implementados pelo Estado de São Paulo.

As condições das cessões dos recebíveis, como a seleção, o monitoramento e a cobrança estão disciplinados em diversos instrumentos jurídicos, como o Contrato de Cessão, Contrato de Centralização e Repasse da arrecadação, dentre outros, que por sua vez vinculam-se em forma de garantia reguladas nas escrituras de emissões de valores mobiliários.

No caso das securitizações realizadas pela Companhia, por se tratar de garantias vinculadas a créditos tributários estaduais, nos termos da Lei Autorizativa, permaneceram sob titularidade e integral responsabilidade do Estado todos os atos e procedimentos relacionados à cobrança dos créditos tributários estaduais, tanto administrativamente, por meio da Secretaria de Fazenda e Planejamento, como em juízo, por meio da Procuradoria Geral do Estado PGE.

Operações futuras que tenha como objeto outros tipos de recebíveis, serão oportunamente avaliadas de acordo com a sua natureza, as condições a seleção, o monitoramento, a cobrança de recebíveis e a formalização de garantias.

8.7. Informações sobre a área responsável pela distribuição de títulos de securitização de sua emissão.

As operações realizadas até então pela Companhia, tiveram a Distribuição dos valores mobiliários emitidos realizadas e intermediadas por Instituições Financeiras autorizadas, amparadas nas Instruções CVM nº 400 e nº 476.

Atualmente a Companhia não dispõe de uma área específica responsável pela distribuição de títulos de securitização de sua emissão, por não vislumbrar enquadramento nas prerrogativas dispostas na Resolução CVM nº 60, em especial a emissão de valores imobiliários até o valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).

9. Regras, procedimentos e controles internos;

Para a organização e atribuições de responsabilidade que permeiam a eficiência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, a Companhia conta com políticas, regulamentos e outras ações aprovadas nas respectivas alçadas de Assembleia de Acionistas e Administração, publicados no site da emissora, dentre os quais se destacam:

- Estatuto Social aderente à Lei nº 13.303/16 e ao Decreto nº 62.349/16;
- Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa;
- Planejamento Estratégico;
- Plano de Negócios;
- Relatório Anual Integrado;
- Política de Distribuição de Dividendos;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Política de Porta-Vozes;
- Regulamento de Licitações e Contratos; e
- SIC - Serviço de Informação ao Cidadão.

A Companhia possui, também, regimentos internos que regulam o funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria e do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento.

Conta, ainda, com um Código de Conduta e Integridade disponível em seu *site*, que se aplica a todas as pessoas que fazem parte de sua relação comercial e de trabalho, inclusive os Administradores, membros dos Conselhos e Comitês, empregados, terceiros a serviço da Companhia e todos aqueles que de alguma forma compartilham o seu ambiente de trabalho, o qual se encontra estruturado da seguinte forma:

- I. Objetivo
- II. Missão, Visão, Valores e Princípios
- III. Abrangência dos Colaboradores
- IV. Condutas Esperadas
- V. Condutas Vedadas
- VI. Práticas não discriminatórias
- VII. Conflito de Interesse

- VIII. Política de Presentes e Brindes
- IX. Divulgação de Informações
- X. Regras Relacionadas à Conformidade
- XI. Deveres em Relação à Sociedade Civil
- XII. Canal de Denúncias
- XIII. As Violações ao Código de Conduta e Integridade
- XIV. Disposições Gerais
- XV. Legislação Aplicável

Ainda, em razão da atividade da Companhia ser regulada pela Comissão de Valores Mobiliários, ela está sujeita a mecanismos e procedimentos de integridade aplicados por terceiros contratados, em especial pelo agente fiduciário das debêntures emitidas, e ainda, pelos seguintes agentes externos de controle e fiscalização:

- Auditoria Externa Independente
- Comissão de Valores Mobiliários
- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
- Departamento de Controles e Avaliação da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado
- Conselho de Defesa dos Capitais do Estado

ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

Tem por finalidade estabelecer práticas de boa governança com incentivo ao respeito às leis, normas e regulamentos, de modo a mitigar os riscos a que a Companhia Paulista de Securitização está exposta

Além das disposições do artigo 33 do Estatuto Social e do artigo 9º da Lei federal nº 13.303/2016, a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, tem as seguintes atribuições:

Conformidade

- i. Gerir e atualizar as normas externas às quais a Companhia se submete;
- ii. Calendarizar as obrigações pecuniárias e não pecuniárias com órgãos internos e externos;
- iii. Gerir e atualizar documentos vigentes relacionados ao Estatuto Social, Comitês, Regimentos e Políticas;
- iv. Controlar atos societários e registros na Junta Comercial.

Gestão de Riscos

Contemplar nas análises os riscos de:

- i. Mercado
- ii. Liquidez
- iii. Crédito
- iv. Operacional

Controles Internos

Implantar mecanismos internos de prevenção e assessoramento à Administração possibilitando a identificação de deficiências e falhas, incentivando o respeito às leis, às normas e aos regulamentos, bem como, à prevenção, à detecção e ao tratamento de riscos de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas dos colaboradores, com destaque para as seguintes atividades:

- i. Verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da companhia às leis, atos normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;
- ii. Disseminar a importância da conformidade, do gerenciamento de riscos e dos controles internos;

- iii. Identificar, classificar e avaliar dos riscos a que está sujeita a Companhia;
- iv. Verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções;
- v. Estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho;
- vi. Divulgar o Código de Conduta e Integridade.

Canal de Denúncia

O artigo 234, do Decreto estadual nº 64.152/2019, autorizou a Ouvidoria da Secretaria da Fazenda e Planejamento a atuar como ouvidoria e canal de denúncias das entidades a ela vinculadas. Em 16 de junho de 2019, a Companhia celebrou convênio com o Estado, por intermédio Secretaria de Fazenda e Planejamento, para compartilhar componente organizacional de Ouvidoria para o exercício de atividades relacionadas à Ouvidoria e Canal de Denúncias, atendendo assim, na íntegra exigências legais, inclusive aquelas contidas na Lei federal nº 13.303/2016.

A Companhia conta com o Canal de Denúncias a cargo da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, cujo instrumento operacional independente é responsável por receber denúncias de qualquer cidadão e monitorar, até o resultado de suas apurações, quaisquer denúncias sobre infrações ao Código de Conduta e Integridade, assegurando o anonimato do denunciante por prazo indeterminado, a fim de se impedir qualquer espécie de retaliação ao denunciante.

O acompanhamento das denúncias registradas será disponibilizado ao denunciante, ao Comitê de Ética, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. A confidencialidade do processo de investigação e de apuração de responsabilidades será mantida até a divulgação da decisão administrativa definitiva.

As formas de acesso estão disponíveis no *site* da Companhia em Ouvidoria, nos *links* intitulados de “Parâmetros da Estruturação do Canal de Denúncias” e “Formulário Eletrônico para Formalização de Denúncia”, contemplando:

- i. Legislação
- ii. Principais Atribuições - Canal de Denúncias
- iii. Canais de Acesso
 - a. Informações e Dúvidas

- b. Formulação de Denúncias
- iv. Prazos de Atendimento
- v. Formulário de registro de denúncia de corrupção

11. Contingências

Não há processos relevantes que possam impactar os negócios da Companhia nas esferas judiciais, administrativas ou arbitrais em que seja parte. Logo não há provisões contingenciais daquelas ações classificadas como prováveis.

A Companhia é parte em um processo sigiloso, cujo valor da causa atribuída em juízo foi fixado em R\$ 1.000,00 (um mil reais), tendo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da 9ª Câmara de Direito Público, dado provimento ao recurso do Estado de São Paulo e da Companhia Paulista de Securitização – CPSEC para reformar sentença apelada e julgar extinto o processo relativo à Ação Popular, sem resolução do mérito. Embora caiba recurso, a Administração não vislumbra a reversão da situação.

Não há outros litígios ou riscos em andamento com divulgação requerida

Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os demonstrativos financeiros da Companhia de encerramento dos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023, revelaram um reduzido nível de endividamento, decorrente da liquidação de suas obrigações, representada principalmente pelas debêntures emitidas. Observa-se aumento da capacidade de pagamento de curto e longo prazo, bem como a contínua redução de capitais de terceiros na composição patrimonial da Companhia. Os indicadores encontram-se demonstrados nos quadros abaixo.

Índices de liquidez e endividamento

Valores em milhares de reais

Ativo	2.023	2.022	2.021
Circulante	304.194	290.733	360.557
Não-Circulante	3.745	23.113	91.746
Total	307.939	313.846	452.303
Passivo	2.023	2.022	2.021
Circulante	10.652	12.466	29.346
Exigível a Longo Prazo	0	0	0
Patrimônio Líquido	305.742	301.380	422.957
Total	307.939	313.846	452.303
Índices de Liquidez	2.023	2.022	2.021
Índice de Liquidez Corrente	28,56	23,32	12,29
Índice de Liquidez Imediata	16,83	10,44	3,56
Índice de Liquidez Geral	28,91	25,18	15,41
Índices de Endividamento	2.023	2.022	2.021
Índice de Participação de Capitais de 3º	3%	4%	6%
Grau de Endividamento	0,03	0,04	0,07
Composição do Endividamento	100%	100%	100%

Notas:

Índice de Liquidez Corrente - (Ativo Circulante / Passivo Circulante)

Índice de Liquidez Imediata - (Disponibilidades / Passivo Circulante)

Índice de Liquidez Geral - (Ativo Circulante + Não Circulante / Passivo Circulante + Exigível a LP)

Índice de Participação de Capitais de 3º - (Passivo Circulante + Exigível a LP / Ativo Total)

Grau de Endividamento - (Passivo Circulante + Exigível a LP / Patrimônio Líquido)

Composição do Endividamento - (Passivo Circulante + Exigível a LP / Passivo Circulante)

Principais contas do Ativo Circulante e Passivo Circulante

Valores em milhares de reais

Ativo Circulante	2.023	2.022	2.021
Caixa e Bancos	19	20	393
Aplicações Financeiras	179.202	130.149	104.132
Direitos Creditórios PPI	5.408	5.240	5.172
Ajuste a Valor Justo - PPI	-	-	(64)
Direitos Creditórios PEP	48.450	102.525	151.524
Ajuste a Valor Justo - PEP	181	553	867
Outros	70.934	52.246	98.533
Sub Total ¹	304.194	290.733	360.557
Passivo Circulante	2.023	2.022	2.021
Debêntures Mezanino - 1ª Série 2ª Emissão	-	-	23.349
Custo de Emissão das Debêntures	-	-	(27)
Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	-	-	-
(-) Custo de Emissão de Debêntures - 3ª emissão	-	-	-
Outros	10.652	12.466	6.024
Sub Total ²	10.652	12.466	29.346
Liquidez ¹⁻²	293.542	278.267	331.211

Com o resgate integral das Debêntures da 3ª emissão (Sênior) em junho/2020, da 2ª série da 2ª emissão (Subordinada) em junho/2021, e da 1ª série da 2ª emissão (Mezanino) em junho 2022, o fluxo excedente de caixa oriundo da arrecadação dos direitos creditórios vem sendo direcionado para as contas de Caixa e Bancos e Aplicações Financeiras da Companhia.

Índices de Liquidez

Corrente: Razão entre Ativo Circulante e Passivo Circulante

A evolução do índice de liquidez corrente nos últimos três exercícios sociais (2021, 2022 e 2023) denota uma robusta capacidade de pagamento das obrigações da Companhia no curto prazo.

Comparando o ano de 2023, em relação a 2022, observa-se novo aumento do índice se deu em razão da não emissão de valores mobiliários no exercício de 2023, permanecendo o fluxo da arrecadação dos direitos creditórios direcionado para as contas de Caixa e Bancos e Aplicações Financeiras da Companhia.

Comparando o ano de 2022, em relação a 2021, observa-se aumento do índice preponderantemente em razão da liquidação das Debêntures da 2ª série da 2ª emissão (Subordinada) em junho/2021, e da 1ª série da 2ª emissão (Mezanino) em junho 2022, passando então o fluxo excedente de caixa oriundo da arrecadação dos direitos creditórios direcionado para as contas de Caixa e Bancos e Aplicações Financeiras da Companhia.

Imediata: Razão entre as Disponibilidades Financeiras e o Passivo Circulante

A evolução do índice denota disponibilidades financeiras imediatas em volume adequado para assegurar o cumprimento dos compromissos financeiros correntes imediatos e de curto prazo, observados nos últimos três exercícios sociais (2021, 2022 e 2023).

O novo aumento do indicador no ano de 2023, em relação a 2022 se deu em razão da não emissão de valores mobiliários no exercício de 2023, permanecendo o fluxo da arrecadação dos direitos creditórios direcionado para as contas de Caixa e Bancos e Aplicações Financeiras da Companhia.

Geral: Razão entre Ativo Circulante e Não Circulante e o Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

A evolução do índice denota uma melhoria contínua e consistente quando observados os direitos e obrigações nos últimos três exercícios sociais (2021, 2022 e 2023).

Comparando o ano de 2023, em relação a 2022, observa-se novo aumento do índice se deu em razão da não emissão de valores mobiliários no exercício de 2023, permanecendo o fluxo da arrecadação dos direitos creditórios direcionado para as contas de Caixa e Bancos e Aplicações Financeiras da Companhia.

O aumento do indicador no ano de 2022, em relação a 2021, se deu preponderantemente em razão dos efeitos da liquidação das Debêntures da 1ª série da 2ª emissão (Mezanino) em junho 2022.

Índices de Endividamento

Participação de Capitais de Terceiros: Razão entre Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo e o Total do Ativo

A diminuição do índice denota uma estrutura de capitais sólida nos últimos três exercícios sociais (2021, 2022 e 2023). Este cenário deve alterar em razão da possibilidade de novas operações de securitização no exercício de 2024.

A redução do indicador no ano de 2023 em relação a 2022, denota diminuição da alavancagem da Companhia, em razão de não terem sido realizadas novas operações.

A redução do indicador no ano de 2022 em relação a 2021, acompanha o avançado grau de amortização das debêntures emitidas, conseqüentemente induzindo à diminuição da alavancagem da Companhia, em razão de não terem sido realizadas novas operações.

Grau de Endividamento: Razão entre Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo e o Patrimônio Líquido

A melhora do índice demonstra sólida estrutura de capitais nos últimos três exercícios sociais (2022, 2022 e 2023).

A redução do indicador observada no ano de 2022 em relação a 2021, demonstra manutenção da diminuição da alavancagem da Companhia, em razão de não terem sido realizadas novas operações e da liquidação das Debêntures da 1ª série da 2ª emissão (Mezanino) em junho 2022.

A redução do indicador observada no ano de 2021 em relação a 2020, demonstra manutenção da diminuição da alavancagem da Companhia, em razão de não terem sido realizadas novas operações e da regular amortização das Debêntures Mezanino e das Debêntures Subordinadas liquidada no mês de junho, e a elevação contínua do patrimônio líquido nos últimos exercícios sociais, em virtude dos lucros auferidos e capitalizados.

Composição do Endividamento: Razão entre Passivo Circulante e Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

A manutenção do índice observada no ano de 2023 comparado ao ano de 2022, se deu substancialmente por não haver obrigações contabilizadas no Exigível a Longo Prazo.

A manutenção do índice observada no ano de 2022 comparado ao ano de 2021, se deu substancialmente por não haver obrigações contabilizadas no Exigível a Longo Prazo.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Companhia utiliza preponderantemente recursos de terceiros em relação ao padrão de financiamento das suas operações e em razão de seu objeto social,

A estrutura de capital até então utilizadas, foi com a maior parte recursos de terceiros, objeto de captações por meio de debêntures subscritas pelo Estado de São Paulo, integralizadas por meio de cessão de direitos creditórios.

A seguir quadro demonstrativo da Estrutura de Capital da Companhia

Valores em milhares de reais

Estrutura de Capital	2023	AV %	2022	AV %	2021	AV %
Aplicação dos Recursos (Ativo)	307.939	100,0%	313.846	100,0%	452.303	100,0%
Fontes de Financiamento (Passivo)	307.939	100,0%	313.846	100,0%	452.303	100,0%
Capital Oneroso de Terceiros ¹	-	0,0%	-	0,0%	23.322	5,2%
Capital Não Oneroso de Terceiros	2.197	0,7%	12.466	4,0%	6.024	1,3%
Capital Próprio	305.742	99,3%	301.380	96,0%	422.957	93,5%
Capital Oneroso de Terceiros ¹	-	0,0%	-	0,0%	23.322	5,2%
Debêntures Subscritas pelo Estado	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Debêntures - Outros	-	0,0%	-	0,0%	23.322	100,0%

A redução do indicador do Capital Oneroso de Terceiros observado nos anos de 2021, 2022 e 2023 respectivamente se deu em razão das liquidações financeiras das Debêntures da 3ª emissão (Sênior) em junho/2020, da 2ª série da 2ª emissão (Subordinada) em junho/2021, e da 1ª série da 2ª emissão (Mezanino) em junho 2022, de acordo com o seu cronograma de pagamentos.

As fontes de financiamento por Capital Não Oneroso de Terceiros constituem-se preponderantemente por obrigações tributárias a recolher após encerramento do exercício social e por direitos creditórios não securitizados que transitaram pelas contas operacionais da Companhia.

A Companhia não tem contratação de linhas de financiamento junto a instituições financeiras, dado que suas disponibilidades financeiras são suficientes para sua operacionalização.

i. hipóteses de resgate

Não existe previsão estatutária sobre a hipótese de resgate das ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, nos termos do item “i)” acima.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia mantém a expectativa em relação a sua capacidade de honrar todos os compromissos financeiros assumidos, por meio dos recursos advindos do recebimento do fluxo financeiro dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo. Em relação aos fornecedores e prestadores de serviços a Companhia também mantém capacidade e expectativa de cumprir os compromissos financeiros

assumidos. A Companhia honrou todos os compromissos firmados nos últimos três exercícios sociais (2021, 2022 e 2023).

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia não demandou financiamento para capital de giro nos últimos três exercícios sociais (2021, 2022 e 2023).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem expectativa de deficiência de liquidez, e neste sentido não pretende tomar financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia não possui dívidas.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não celebrou contratos de empréstimo ou de financiamento.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

No exercício de 2022 esteve em circulação a 1ª série da 2ª emissão (Mezanino) o qual foi liquidada no mês de junho, não havendo outras dívidas contraídas pela Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em razão de não haver operações de financiamento e a emissão de novos valores mobiliários pelo emissor em circulação, não há qualquer restrição imposta.

Caso a Companhia venha a emitir novas debêntures, poderá haver subordinação ao adimplemento das obrigações decorrentes de valores mobiliários de emissões da Companhia.

Quanto à distribuição de dividendos, a Companhia obedece às regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social e na Política de Distribuição de Dividendos aprovada em abril de 2018.

Em relação à alienação do controle societário da Companhia, a lei que autorizou a sua criação dispôs sobre a manutenção pelo Estado de São Paulo da maioria absoluta do capital votante. Qualquer alteração desta condição dependerá de aprovação de projeto de lei por parte da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, nos termos do item “f.i.” acima.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir os quadros das variações ocorridas nas demonstrações financeiras, bem como os comentários referentes às principais variações ocorridas no Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	AH %	AV %	2022	AH %	AV %	2021	AH %	AV %
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	17.907	(52,4)	100,0	37.628	(24,5)	100,0	49.850	(45,0)	100,0
Receita Atualização PPI - Selic	276	(20,9)	0,3	349	99,4	0,4	175	(37,5)	0,2
Receita Atualização PEP	17.631	(52,7)	19,5	37.279	(25,0)	41,2	49.675	(45,0)	54,8
CUSTO DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	(2.176)	(53,8)	-2,4	(4.710)	(51,6)	-5,2	(9.740)	(71,7)	-10,8
Juros Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão	-	(100,0)	0,0	(669)	(80,6)	-0,7	(3.454)	(50,0)	-3,8
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão	-		0,0	-	(100,0)	0,0	(1.872)	(90,9)	-2,1
Juros Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	-		0,0	-	-	0,0	-	(100,0)	0,0
Pis Não Cumulativo	(163)	(76,7)	-0,2	(700)	(10,3)	-0,8	(780)	(31,9)	-0,9
Cofins Não Cumulativo	(794)	(76,2)	-0,9	(3.341)	(8,1)	-3,7	(3.634)	(31,3)	-4,0
Pis Cumulativo	(170)		-0,2						
Cofins Cumulativo	(1.049)		-1,2						
RESULTADO BRUTO	15.731	(52,21)	17,4	32.918	(17,93)	36,3	40.110	(28,58)	44,3
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS	(5.599)	34,9	-6,2	(4.152)	(88,7)	-4,6	(36.809)	(21,4)	-40,6
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(5.183)	26,8	-5,7	(4.089)	(5,4)	-4,5	(4.322)	2,4	-4,8
Despesas com Salários	(2.651)	11,2	-2,9	(2.385)	(4,5)	-2,6	(2.497)	3,8	-2,8
Encargos Sociais e Obrigações Trabalhistas	(1.759)	71,8	-1,9	(1.024)	(3,1)	-1,1	(1.057)	0,7	-1,2
Serviços Técnicos Especializados	(590)	1,9	-0,7	(579)	(3,5)	-0,6	(600)	(3,4)	-0,7
Anúncios e Publicações	(176)	97,8	-0,2	(89)	(44,7)	-0,1	(161)	17,5	-0,2
Despesas Legais e Societárias	(7)	(41,7)	0,0	(12)	71,4	0,0	(7)	(12,5)	0,0
Doações									
PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS	(10.369)	(26,1)	-11,4	(14.032)	(56,6)	-15,5	(32.336)	(23,9)	-35,7
Perdas no Recebimento de Direitos Creditórios PPI	-	(100,0)	0,0	455	(379,1)	0,5	(163)	(98,7)	-0,2
Perdas no Recebimento de Direitos Creditórios PEP	(10.369)	(28,4)	-11,4	(14.487)	(55,0)	-16,0	(32.173)	7,4	-35,5
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(416)	560,3	-0,5	(63)	(58,3)	-0,1	(151)	26,9	-0,2
Outras Receitas Operacionais									
Outras Despesas Operacionais	(416)	560,3	-0,5	(63)	(58,3)	-0,1	(151)	26,9	-0,2
RESULTADO FINANCEIRO	17.522	48,6	19,3	11.788	250,5	13,0	3.363	218,2	3,7
Receitas Financeiras	17.530	48,3	19,4	11.819	247,9	13,0	3.397	209,1	3,8
Despesas Financeiras	(8)	(74,2)	0,0	(31)	(8,8)	0,0	(34)	(19,0)	0,0
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	17.285	(34,8)	19,1	26.522	298,0	29,3	6.664	(35,9)	7,4
APURAÇÃO DE IMPOSTOS	(4.901)	(39,9)	-5,4	(8.156)	287,5	-9,0	(2.105)	(45,6)	-2,3
Imposto de Renda	(2.568)	69,8	-2,8	(1.512)	(27,1)	-1,7	(2.074)	(80,0)	-2,3
Contribuição Social sobre o Lucro	(933)	68,7	-1,0	(553)	(26,8)	-0,6	(755)	(79,8)	-0,8
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	(100,0)	-1,5	(22)	(21,4)	0,0	(28)	7,7	0,0
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias	(1.400)	(76,9)	0,0	(6.069)	(907,0)	-6,7	752	(92,7)	0,8
RESULTADO ANTES REVERSÕES									
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio									
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.384	(32,6)	6,0	18.366	302,9	8,9	4.559	(30,2)	2,2

Análise das principais e relevantes alterações da Demonstração do Resultado entre o Exercício Social de 2022 e 2023.

Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços

A redução de 52,4% na “Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços”, de R\$ 37.628 em 2022 para R\$ 17.907 em 2023, ocorreu preponderantemente em razão da amortização dos direitos creditórios.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

A redução de 53,8% no “Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos”, de R\$ 4.710 em 2022 para R\$ 2.176 em 2023, decorreu preponderantemente das amortizações e consequente liquidação em junho de 2022 das Debêntures Mezanino.

Resultado Bruto

A redução de 52,21% no “Resultado Bruto”, de um resultado de R\$ 32.918 em 2022 para R\$ 15.731 em 2023, mantém a razão da diminuição das contas patrimoniais geradoras de receitas, em razão da amortização das carteiras de recebíveis.

Despesas Gerais e Administrativas

O aumento de 26,8% nas “Despesas Gerais e Administrativas”, de R\$ 4.152 em 2022 para R\$ 5.599 em 2023, ocorreu preponderantemente pelo aumento das despesas com salários e seus encargos.

Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos

A redução de 26,1% nas “Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos”, de R\$ 14.032 em 2022 para R\$ 10.369 em 2023, decorreu preponderantemente em razão do decréscimo das contas a receber.

Resultado Financeiro

O aumento de 48,6% do “Resultado Financeiro”, de R\$ 11.788 em 2022 para R\$ 17.522 em 2023, é preponderantemente resultante da arrecadação dos direitos creditórios direcionado para as contas de Caixa e Bancos e Aplicações Financeiras da Companhia.

Lucro Líquido do Exercício

A redução de 32,6% no “Lucro Líquido no Exercício”, de R\$ 18.366 em 2022 para R\$ 12.384 em 2023), é preponderantemente resultante dos efeitos mencionados no Resultado Financeiro.

A diretoria considera que as demais variações se encontram dentro de parâmetros normais, não sendo, portanto, relevantes.

Análise das principais e relevantes alterações da Demonstração do Resultado entre o Exercício Social de 2021 e 2022.

Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços

A redução de 24,5% na “Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços”, de R\$ 49.850 em 2021 para R\$ 37.628 em 2022, ocorreu preponderantemente em razão da amortização dos direitos creditórios.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

A redução de 51,6% no “Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos”, de R\$ 9.740 em 2021 para R\$ 4.710 em 2022, decorreu preponderantemente das amortizações e consequente liquidação em junho de 2022 das Debêntures Mezanino.

Resultado Bruto

A redução de 17,93% no “Resultado Bruto”, de um resultado de R\$ 40.110 em 2021 para R\$ 32.918 em 2022, ocorreu substancialmente em razão da diminuição das contas patrimoniais geradoras de receitas, em razão da amortização das carteiras de recebíveis.

Despesas Gerais e Administrativas

A redução de 5,4% nas “Despesas Gerais e Administrativas”, de R\$ 4.322 em 2021 para R\$ 4.089 em 2022, ocorreu preponderantemente pela redução das despesas com salários.

Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos

A redução de 56,6% nas “Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos”, de R\$ 32.336 em 2021 para R\$ 14.032 em 2022, decorreu preponderantemente em razão do decréscimo das contas a receber.

Resultado Financeiro

O aumento de 250,5% do “Resultado Financeiro”, de R\$ 3.363 em 2021 para R\$ 11.788 em 2022, é preponderantemente resultante dos efeitos da liquidação das Debêntures Mezanino no mês de junho de 2022, passando então o fluxo excedente de caixa oriundo da arrecadação dos direitos creditórios direcionado para as contas de Caixa e Bancos e Aplicações Financeiras da Companhia.

Lucro Líquido do Exercício

O aumento de 302,9% no “Lucro Líquido no Exercício” findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 18.366 (R\$ 4.559 em 2021), é preponderantemente resultante dos efeitos mencionados de redução nas Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos, somado aumento de Resultado Financeiro.

A diretoria considera que as demais variações se encontram dentro de parâmetros normais, não sendo, portanto, relevantes.

Análise das principais e relevantes alterações da Demonstração do Resultado entre o Exercício Social de 2020 e 2021.

Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços

A redução de 45,0% na “Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços”, de R\$ 90.570 em 2020 para R\$ 49.850 em 2021, ocorreu em razão da amortização dos direitos creditórios e a transferência dos parcelamentos inadimplidos para o Estado, na forma de dação em pagamento, com consequente amortização das Debêntures Subordinadas.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

A redução de 71,7% no “Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos”, de R\$ 34.406 em 2020 para R\$ 9.740 em 2021, decorreu preponderantemente das amortizações extraordinárias e consequente liquidação em junho de 2021 das Debêntures Subordinadas.

Resultado Bruto

A redução de 28,58% no “Resultado Bruto”, de um resultado de R\$ 56.164 em 2020 para R\$ 40.110 em 2021, ocorreu substancialmente em razão da diminuição das contas patrimoniais geradoras de receitas, em razão da amortização das carteiras de recebíveis.

Despesas Gerais e Administrativas

O reduzido aumento de 2,46% nas “Despesas Gerais e Administrativas”, de R\$ 4.221 em 2020 para R\$ 4.322 em 2021, ocorreu preponderantemente pelo aumento das despesas incorridas com o aumento de membros dos conselhos.

Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos

A redução de 23,9% nas “Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos”, de R\$ 42.482 em 2020 para R\$ 32.336 em 2021, decorreu preponderantemente em razão do decréscimo das contas a receber.

Resultado Financeiro

O aumento de 218,2 % no “Resultado Financeiro” de R\$ 1.057 em 2020 para R\$ 3.363 em 2021, é preponderantemente resultante dos efeitos da liquidação das Debêntures Subordinadas no mês de junho, passando então o fluxo excedente de caixa oriundo da arrecadação dos direitos creditórios direcionado para as contas de Caixa e Bancos e Aplicações Financeiras da Companhia.

Lucro Líquido do Exercício

A redução de 30,2% no “Lucro Líquido no Exercício” findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 4.459 (R\$ 6.529 em 2020), é preponderantemente resultante da manutenção dos efeitos mencionados anteriormente de provisões de Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos.

A diretoria considera que as demais variações se encontram dentro de parâmetros normais, não sendo, portanto, relevantes.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL - BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2023	AH %	AV %	2022	AH %	AV %	2021	AH %	AV %
CIRCULANTE	304.194	4,6	98,8	290.733	(19,4)	92,6	360.557	20,4	79,7
Caixa e Equivalentes de Caixa	179.221	37,7	58,2	130.169	24,5	41,5	104.525	53,1	23,1
Bancos	19	(5,0)	0,0	20	(94,9)	0,0	393	123,3	0,1
Aplicações Financeiras	179.202	37,7	58,2	130.149	25,0	41,5	104.132	53,0	23,0
Contas a Receber	54.039	(50,1)	2,8	108.318	(31,2)	5,7	157.499	(27,0)	8,2
Direitos Crditórios a Receber - PPI	5.408	3,2	0,3	5.240	1,3	0,3	5.172	(4,9)	0,3
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	(100,0)	-	(64)	(22,9)	(0,0)
Direitos Crditórios a Receber - PEP	48.450	(52,7)	2,5	102.525	(32,3)	5,4	151.524	(27,7)	7,9
Ajuste a Valor Justo - PEP	181	(67,3)	0,1	553	(36,2)	0,2	867	(1,7)	0,2
Tributos a Recuperar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos Correntes a Recuperar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Circulantes	4.157	105,0	1,3	2.028	64,7	0,6	1.231,0	4.296,4	0,3
Despesas do Exercício Seguinte	4.157	105,0	1,3	2.028	64,7	0,6	1.231	4.296,4	0,3
Adiantamento de Salários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Crditos	66.777	33,0	21,7	50.218	(48,4)	16,0	97.302	537,5	21,5
Valores Transitórios a Receber	66.777	33,0	21,7	50.218	(48,4)	16,0	97.302	537,5	21,5
NÃO CIRCULANTE	3.745	(83,8)	1,2	23.113	(74,8)	7,4	91.746	(65,2)	20,3
Tributos Diferidos	3.526	(28,4)	1,1	4.925	(55,3)	1,6	11.016	7,0	2,4
IR e CSLL Diferidos - Valor Justo	-	-	-	-	(100,0)	-	22	(56,0)	0,0
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporári	3.526	(28,4)	-	4.925	(55,2)	-	10.994	7,3	-
Contas a Receber	212	(98,8)	0,1	18.177	(77,5)	5,8	80.715	(68,1)	17,8
Adiantamento a Terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos Crditórios a Receber - PPI	-	-	-	-	-	-	-	(100,0)	-
Direitos Crditórios - PPI Rompidos	12.239	-	4,0	12.239	(3,6)	3,9	12.694	1,3	2,8
(-) Direitos Crditórios PPI Vencidos e Não L	(12.239)	-	(4,0)	(12.239)	(3,6)	(3,9)	(12.694)	1,3	(2,8)
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-	-	0	(100,0)	-
(-) Direitos Crditórios PPI Rompidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos Crditórios a Receber - PEP	212	(98,8)	0,1	17.996	(77,5)	5,7	79.981	(62,1)	17,7
Direitos Crditórios - PEP Rompidos	86.980	13,5	28,2	76.610	23,3	24,4	62.123	(11,7)	13,7
(-) Direitos Crditórios PEP Vencidos e Não l	(86.980)	13,5	(28,2)	(76.610)	23,3	(24,4)	(62.123)	107,4	(13,7)
Ajuste a Valor Justo	-	(100,0)	-	181	(75,3)	0,1	734	(55,8)	0,2
ATIVO PERMANENTE	7	(36,4)	0,0	11	(26,7)	0,0	15	650,0	0,0
Imobilizado	7	(36,4)	0,0	11	(26,7)	0,0	15	1.400	0,0
Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-	0	-
Outras Imobilizações	-	-	-	-	-	-	-	0	-
(-) Depreciação Acumulada	-	-	-	-	-	-	-	0	-
TOTAL DO ATIVO	307.939	(1,9)	100,0	313.846	(30,6)	100,0	452.303	(19,6)	100,0

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL - BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	2023	AH %	AV %	2022	AH %	AV %	2021	AH %	AV %
CIRCULANTE	10.652	(14,6)	3,5	12.466	(57,5)	4,0	29.346	(62,6)	6,5
Obrigações Sociais e Trabalhistas	278	31,8	0,1	211	7,1	0,1	197	(12,1)	0,0
Obrigações Sociais	116	43,2	0,0	81	1,3	0,0	80	(15,8)	0,0
Obrigações Trabalhistas	162	24,6	0,1	130	11,1	0,0	117	(9,3)	0,0
Obrigações Fiscais	273	(71,4)	0,1	954	(5,1)	0,3	1.005	(91,5)	0,2
Obrigações Fiscais Federais	273	(71,4)	0,1	954	(5,1)	0,3	1.005	(91,5)	0,2
Debêntures	-	-	-	0	(100,0)	-	23.322	(60,8)	5,2
Debêntures com Garantia Real 1ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Custo de Emissão de Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª Emissão	-	-	-	-	(100,0)	-	23.349	(60,9)	5,2
(-) Custo de Emissão de Debêntures	-	-	-	-	(100,0)	-	(27)	(88,1)	(0,0)
Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Custo de Emissão de Debêntures - 3ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Obrigações	10.101	(10,6)	3,3	11.301	134,4	3,6	4.822	(30,3)	1,1
Valores Transitórios a Pagar	2.204	(6,9)	0,7	2.368	53,1	0,8	1.547	254,8	0,3
Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prov. Fiscais, Previd, Trab e Cíveis	53	(80,4)	0,0	270	20,5	0,1	224	(5,9)	0,0
Comissões a Pagar	203	-	-	51	-	-	-	-	-
Juros a Pagar s/ Capital Próprio	7.641	(11,3)	2,5	8.612	187,1	2,7	3.000	(51,6)	0,7
Outras obrigações	-	-	-	-	(100,0)	-	51	30,8	0,0
NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	-	-	-	(100,0)	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	(100,0)	0,0
Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Custo de Emissão de Debêntures - 1ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures Subordinadas 1ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste a Valor Justo - 1ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	(100,0)	0,0
(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino	-	-	-	-	-	-	-	(100,0)	0,0
Debêntures - 2ª Série da 2ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	(100,0)	0,0
Ajuste a Valor Justo - 2ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	(100,0)	0,0
Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Custo de Emissão de Debêntures - 3ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	305.742	1,4	99,3	301.380	-28,7	96,0	422.957	0,4	93,5
Capital Integralizado	283.096	0,0	91,9	283.096	-31,5	90,2	413.096	0,0	91,3
Reserva Legal	10.067	6,6	3,3	9.448	10,8	3,0	8.530	-	1,9
Reserva Especial	4.124	-53,3	1,3	8.836	563,9	2,8	1.331	-	0,3
Lucros (Prejuízos) Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PL	307.939	(1,9)	100,0	313.846	(30,6)	100,0	452.303	(19,6)	100,0

Análise das principais e relevantes alterações no Balanço Patrimonial entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023.

Ativo

Caixa e Equivalentes de Caixa

O aumento de 37,7% no “Caixa e Equivalentes de Caixa”, de R\$ 130.169 em 2022 para R\$ 179.221 em 2023, ocorreu preponderantemente em razão da amortização programada dos direitos creditórios em 2023, cujos recursos foram direcionados a aplicações financeiras de liquidez imediata.

Contas a Receber – Ativo Circulante

A redução de 50,1% em “Contas a Receber” de R\$ 108.318 em 2022 para R\$ 54.039 em 2023, decorreu preponderantemente da diminuição dos “Direitos Creditórios a Receber – PEP”, motivados pelos pagamentos programados.

Outros Créditos

O aumento de 33,0% em “Outros Créditos” no valor de R\$ 50.218 em 2022 para R\$ 66.777 em 2023, decorreu da contabilização exclusiva em “Valores Transitórios a Receber” de direitos advindos da ocorrência de eventos de indenização previstas no Contrato de Cessão do PEP.

Contas a Receber – Não Circulante

A redução de 98,8% em “Contas a Receber” de R\$ 18.777 em 2022 para R\$ 212 em 2023, decorreu preponderantemente da diminuição na subconta dos “Direitos Creditórios a Receber – PEP” de R\$ 17.996 em 2022 para R\$ 212 em 2023.

Passivo

Obrigações Fiscais

A redução de 71,4% nas “Obrigações Fiscais”, de R\$ 954 em 2022 para R\$ 273 em 2023, é decorrente da redução da margem de contribuição (resultado bruto), conseqüentemente diminuindo a base de cálculo de apuração pelo lucro real.

Patrimônio Líquido

O aumento de 1,4% no “Patrimônio Líquido”, de R\$ 301.380 em 2022 para R\$ 305.742 em 2023 é decorrente da redução da subconta de “Reserva Especial” de R\$ 8.836 em 2022 para R\$ 4.134 em 2023.

Análise das principais e relevantes alterações no Balanço Patrimonial entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

Ativo

Caixa e Equivalentes de Caixa

O aumento de 24,5% no “Caixa e Equivalentes de Caixa”, de R\$ 104.525 em 2021 para R\$ 130.169 em 2022, ocorreu preponderantemente pela redução de valores a pagar, em especial após a liquidação 1ª série da 2ª emissão (Mezanino) ocorrida em junho de 2022.

Contas a Receber – Ativo Circulante

A redução de 31,2% em “Contas a Receber” de R\$ 157.499 em 2021 para R\$ 108.318 em 2022, decorreu preponderantemente da diminuição dos “Direitos Creditórios a Receber – PEP”, motivados pelos pagamentos programados.

Outros Créditos

A redução de 48,4% em “Outros Créditos” no valor de R\$ 97.302 em 2021 para R\$ 50.218 em 2022, decorreu da utilização de R\$ 46.259s dos “Valores Transitórios a Receber” de direitos advindos da ocorrência de eventos de indenização previstas no Contrato de Cessão do PEP, na redução de Capital da Companhia aprovada pelos seus acionistas.

Contas a Receber – Não Circulante

A redução de 77,5% em “Contas a Receber” de R\$ 80.715 em 2021 para R\$ 18.177 em 2022, decorreu preponderantemente da diminuição na subconta dos “Direitos Creditórios a Receber – PEP” de R\$ 79.981 em 2021 para R\$ 17.996 em 2022.

Passivo

Obrigações Fiscais

A redução de 5,1% nas “Obrigações Fiscais”, de R\$ 1.005 em 2021 para R\$ 954 em 2022, é decorrente da redução da margem de contribuição (resultado bruto), conseqüentemente diminuindo a base de cálculo de apuração pelo lucro real.

Debêntures – Passivo Circulante

A redução de 100,0 % nas “Debêntures”, de R\$ 23.332 em 2021 para R\$ 0. em 2022, se deu em razão da liquidação das Debêntures da 1ª série da 2ª emissão (Mezanino) em junho 2022.

Patrimônio Líquido

A redução de 27,7% no “Patrimônio Líquido”, de R\$ 422.957 em 2021 para R\$ 305.742 em 2022 é de corrente da Redução de Capital aprovada pelos acionistas.

Análise das principais e relevantes alterações no Balanço Patrimonial entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021.

Ativo

Caixa e Equivalentes de Caixa

O aumento de 53,1% no “Caixa e Equivalentes de Caixa”, de R\$ 68.257 em 2020 para R\$ 104.525 em 2021, ocorreu pela redução de valores a pagar, após a liquidação das Debêntures Subordinadas ocorrida em junho de 2021.

Contas a Receber – Ativo Circulante

A redução de 27,0% em “Contas a Receber” de R\$ 215.804 em 2020 para R\$ 157.499 em 2021, decorreu da diminuição dos “Direitos Creditórios a Receber – PEP”, motivados pelos pagamentos programados.

Outros Créditos

O aumento de 537,5% em “Outros Créditos” no valor de R\$ 15.262 em 2020 para R\$ 97.302 em 2021, decorreu da contabilização em “Valores Transitórios a Receber” advindos da ocorrência de eventos de indenização previstas no Contrato de Cessão do PEP, diante da impossibilidade de utilização das Debentures Subordinadas liquidadas em junho de 2021, como faculdade de absorção destas indenizações.

Contas a Receber

A redução de 68,1% em “Contas a Receber” de R\$ 253.194 em 2020 para R\$ 80.715 em 2021, decorreu preponderantemente da diminuição de 62,1% na subconta dos “Direitos Creditórios a Receber – PEP”.

Passivo

Obrigações Fiscais

A redução de 91,5% nas “Obrigações Fiscais”, de R\$ 11.807 em 2020 para R\$ 1.005 em 2021, é decorrente da redução da margem de contribuição (resultado bruto), consequentemente diminuindo a base de cálculo de apuração pelo lucro real.

Debêntures – Passivo Circulante

A redução de 60,8 % nas “Debêntures”, de R\$ 59.537 em 2020 para R\$ 23.349 em 2021, se deu em razão das amortizações programadas das Debêntures Mezanino.

Debêntures – Passivo Não Circulante

A redução de 100,0% nas “Debêntures”, de R\$ 62.957 em 2020 para R\$ 0.0 em 2021, se deu preponderantemente pela liquidação das Debêntures Subordinada em junho de 2021.

Patrimônio Líquido

Não houve variação significativa no “Patrimônio Líquido”, de R\$ 421.398 em 2020 para R\$ 422.957 em 2021.

13. Assembleias

Houve as seguintes Assembleias da Companhia no exercício de 2023:

AGO 28/04/2023

- (a) apreciação das contas dos Administradores e exame das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022;
- (b) ratificação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2022;
- (c) ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração;
- (d) eleição dos membros do Conselho Fiscal; e
- (e) fixação da remuneração dos administradores e membros dos Conselhos Fiscal e Administração.

AGE 06/07/2023

- (a) eleição de Membros para o Conselho de Administração

Não houve Assembleia de Debenturistas no exercício de 2023.

Houve as seguintes Assembleias da Companhia, até o momento, no exercício de 2024:

AGE 24/01/2024

- (a) eleição de Membro para o Conselho Fiscal

AGE 28/03/2024

- (a) redução do Capital Social;
- (b) alteração do Estatuto Social,
- (c) consolidação do Estatuto Social e
- (d) autorização aos Administradores para que pratiquem todos os atos necessários aos itens anteriores deliberados.

AGOE 30/04/2024

- (a) apreciação das contas dos Administradores e exame das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023;
- (b) ratificação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2023;
- (c) ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração;
- (d) eleição dos membros do Conselho Fiscal; e
- (e) fixação da remuneração dos Administradores e membros dos Conselhos Fiscal e Administração.
- (f) eleição dos membros do Comitê de Elegibilidade da Companhia – matéria prejudicada.